

Há lugar para Israel nos planos de Deus?

Paulo Valle



Em 2019, meses antes das primeiras notícias sobre a COVID-19, comecei a “ler pra valer” sobre temas relacionados às últimas coisas. Esse desejo surgiu à medida que constatava os primeiros sinais de envelhecimento. Parece que essa é a fase da vida em que a nossa mente costuma se ocupar com as coisas vindouras. Por razões óbvias, em 2020, a pandemia contribuiu para dar direcionamentos às leituras. Mais tarde, descobri que outros, cujas idades regulam com a minha, também estavam lendo sobre as mesmas coisas, tentando conhecer, até onde nos fosse possível, os desdobramentos da escatologia individual e histórica.

Àquela altura, questões relacionadas à *morte, ressurreição, segunda vinda de Jesus, milênio, juízo final* ganharam importância como nunca antes para mim. E, por circunstâncias naturais, o lugar e o papel de Israel nos planos de Deus passaram a ser considerados, mas ainda com certa cautela. Lembro-me de algumas boas conversas em família que suscitaram ainda mais perguntas às que eu já tinha e para as quais buscava respostas nas Escrituras.

Dante desse desafio, pensei sobre um programa de leitura das Escrituras Sagradas que pudesse me ajudar a compreender, por meio da história da revelação e da redenção, os planos de Deus, caso ainda houvesse, para Israel. Da mensagem

evangélica no Éden (Gênesis 3.15) à inserção dos gentios na fé após a morte e ressurreição de nosso Senhor, buscava entender se o desfecho da história (parte do meu interesse inicial) passava ou não pelo povo de Israel. À medida que lia e consultava autores patrísticos, medievais e contemporâneos, judeus e não judeus, era surpreendido pelas “descobertas” históricas e teológicas.

No que diz respeito à história, me dei conta das intensas e distintas perseguições a que os judeus foram submetidos nos últimos dois mil anos. De *persona non grata* com quem sequer deveriam comer, ao holocausto de cerca de 6 milhões de judeus, havia (e há!) um lastro de hostilidades e barbaridades em nome, inclusive, da fé. E por detrás dessa perseguição se revelou uma mentalidade teológica supersessionista, geradora de uma perspectiva antissemita, na qual tem sido apregoado que Israel foi substituído pela Igreja e já não tem qualquer relevância para os desdobramentos escatológicos.

Entretanto, foi em 2021, enquanto seguia com minhas leituras, que descobri a maneira com a qual, predominantemente, os herdeiros da Reforma Protestante que viveram nos séculos XVI a XIX lidavam com o assunto. Foi lendo, sobretudo, os puritanos que me dei conta de dois pontos: [1] a existência de um *gap* do período entre a Reforma Protestante e o surgimento do Método Histórico-Crítico e [2] a abordagem sobre a terra e a salvação de Israel na moldura soteriológica, e não apenas escatológica. Nessa lista dos herdeiros da Reforma constavam nomes como os de *William Perkins* (1558-1602), *Thomas Brightman* (1562-1607), *John Cotton* (1585-1652), *Jeremiah Burroughs* (1600-1646), *Roger Williams* (1603-1683), *Wilhelmus à Brakel* (1635-1711), *Matthew Henry* (1662-1714), *John Gill* (1697-1771), *Jonathan Edwards* (1703-1758), *Charles Simeon* (1759-1836), *Hortatius Bonar* (1808-1889), *J. C. Ryle* (1816-1900), *Charles H. Spurgeon* (1834-1892). Eles não apenas oravam pela conversão dos judeus, mas também ensinavam sobre seu retorno à terra, ocorrido em 1948, e sobre a ampla conversão de judeus a Jesus, o Messias, como sinal do fim.

Uma das principais questões foi ter que lidar com as promessas de Deus feitas aos patriarcas e, consequentemente, aos seus descendentes. Muito naturalmente, por causa do meu envolvimento nos últimos 34 anos com o ensino teológico na área de Teologia Exegética, eu deveria me ocupar inicialmente com o testemunho bíblico, embora não devesse ignorar o lastro testemunho histórico dos últimos dois mil anos. Assim, cheguei ao capítulo 15 de Gênesis, quando

Moisés narra o estabelecimento da aliança de Deus com Abrão e sua descendência, nos seguintes termos:

“[...] à tua descendência tenho dado esta terra, desde o rio do Egito até o grande rio Eufrates; e o queneu, e o quenezeu, e o cadmoneu, e o heteu, e o perizeu, e os refains, e o amorreu, e o cananeu, e o gírgaseu, e o jebuseu” (vs. 18b-21).

Quando li essas palavras, fui tomado de curiosidade para descobrir em que momento histórico essa promessa, feita em um contexto factual, havia se cumprido em sua totalidade geográfica. Afinal, o verdadeiro proprietário da *terra* estabeleceu limites geográficos, denominando-os a partir daquelas nações existentes. Havia um Deus, havia um povo, havia uma língua, havia uma terra. Embora fosse uma nação entre as nações, Israel havia sido eleito para levar adiante os propósitos de Deus, incluindo o Messias. Israel, portanto, era uma nação peculiar.

O ponto, entretanto, que muito me chamou atenção foi que, em resposta à minha indagação geográfica, estava claro que nem mesmo no auge dos prósperos governos de Davi ou de Salomão, Israel havia tomado posse de toda extensão da terra prometida em Gênesis 15. Nem antes e nem depois! Havia a promessa de um Deus que não mente e nem comete equívocos linguísticos, mas não havia um testemunho histórico de seu cumprimento. Assim, conforme as palavras de Joel Richardson¹, haveriam quatro conclusões possíveis:

- [1] O Senhor falhou em cumprir sua promessa;
- [2] As promessas eram espirituais e nunca se pretendeu cumpri-las literalmente;
- [3] A promessa dizia respeito ao novo céu e à nova terra, conforme as palavras de Isaías e de João;
- [4] O Senhor continua comprometido com sua promessa e ainda a cumprirá.

¹RICHARDSON, Joel. *Quando um judeu governar o mundo: o que a Bíblia realmente diz sobre Israel no Plano de Deus*. São Paulo: Impacto, 2019. pp. 47-48.

A conclusão [1] pareceu-me absurda, sobretudo quando considero o que Deus dá a conhecer acerca de si mesmo em sua Palavra. Deus não falha! Jamais! O que promete, cumpre! As conclusões [2] e [3] pressupunham um método interpretativo que, a bem da verdade metodológica de caráter alegórico, deveria reajustar não apenas o conceito de *terra*, mas também todo o entorno da promessa, o que não nos é possível ver ao longo da história da revelação e da redenção. Restava, então, como conclusão plausível por não ignorar quem Deus é e nem o método adequado de leitura das Escrituras, a perspectiva [4]. Deus continua comprometido com sua promessa e a cumprirá.

Ora, se isso procede, ou seja, se essas coisas ainda estão para se cumprir (arrepio-me, literalmente, só de pensar), então ainda restam coisas para acontecer, cujo cumprimento provocará um novo cenário geográfico no Oriente Médio, cuja mudança certamente não ocorrerá através de negociações diplomáticas no grande salão da ONU. Seguindo o fluxo do pensamento, isso apontaria para as tensões entre as nações, conforme lemos nas profecias de Isaías 59-60, Jeremias 31-32, Ezequiel 11 e 36 e Zacarias 12-14, além, claro, de João, por todo Apocalipse.

Essa minha busca, associada à disposição de resolver, no caso, uma curiosidade de ordem geográfica, levou-me a fazer comparações entre a terra prometida por Deus a Abrão e as atuais ocupações. Constatei que a área prometida pertence atualmente ao deserto do Sinai, partes do Líbano, partes da Síria, partes da Jordânia, todas as colinas de Golã, além da Cisjordânia e Gaza. Uma área, portanto, mais ampla do que a ocupada atualmente pelos israelenses.

Se levarmos em conta as palavras do apóstolo Paulo aos Romanos, no capítulo 11, ao afirmar [1] que Deus não rejeitou o seu povo que antes conheceu, [2] que entre os judeus ainda restava um remanescente, segundo a eleição da graça, [3] que em seu profundo sono, por sua queda, os gentios foram trazidos a Cristo, [4] que não existem duas oliveiras, mas apenas uma, e é Israel, em quem os gentios foram enxertados, [5] que todo Israel será salvo, [6] e que os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis, não devemos, pois, ignorar a plausibilidade de que Deus ainda tenha Israel em seus planos.

Mas há uma questão legítima, muitas vezes levantada com sinceridade, enquanto lidamos com a condição de Israel nos planos de Deus. Essa pergunta diz respeito às palavras ditas a Pilatos por um grupo de judeus, enquanto nosso Senhor estava sob julgamento: “*o seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos*” (Mateus

27.25). A conclusão, para muitos, é que, com essas palavras, todo povo de Israel foi colocado sob maldição, merecendo todas as hostilidades cometidas contra ele na história. Afinal, “veio para o que era seu, e os seus não o receberam” (João 1.11).

Entretanto, consideremos as palavras do profeta Ezequiel:

E veio a mim a palavra do SENHOR, dizendo: Que pensais, vós, os que usais esta parábola sobre a terra de Israel, dizendo: os pais comeram uvas verdes, e os dentes dos filhos se embotaram? Vivo eu, diz o Senhor DEUS, que nunca mais direis esta parábola em Israel. Eis que todas as almas são minhas; como o é a alma do pai, assim também a alma do filho é minha: a alma que pecar, essa morrerá (18.1-4 | destaque do autor).

Aqueles judeus, cujos corações estavam repletos de ódio por Jesus, que não toleravam os ensinos de Jesus, não representavam todos os judeus. Não havia sobre eles qualquer autoridade representativa. Lembrem-se que muitos outros judeus receberam Jesus, amaram Jesus, seguiram Jesus, pregaram Jesus, morreram por Jesus. Conforme as palavras do profeta Ezequiel, o trato passaria pela sentença “a alma que pecar, essa morrerá”. Cada um falaria, e ainda fala, por si.

Mas vamos supor que devêssemos levar em consideração aquelas palavras de maldição ditas pelos judeus como se representassem toda a nação. Não seria também o caso de considerarmos as palavras de nosso Senhor já suspenso na cruz: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem”? (Lucas 23.34). Por que atribuiríamos maior autoridade às palavras de homens do que às do Deus encarnado? Onde haveria maior peso: nas palavras de pecadores repletos de ódio ou do Filho de Deus, sem pecado, perfeito, que intercede, como Sumo Sacerdote, pelos seus? Certamente, há peso e glória maior nas palavras de Jesus.

Sem me importar muito em qual escola milenar me encaixo ou sou encaixado a essa altura, estou convencido de que, pelas promessas divinas associadas ao seu caráter revelado em sua Palavra, Deus ainda tem um propósito para Israel. Estou convencido também de que o lugar de Israel não deve ser considerado apenas no contexto da escatologia apenas, mas também na soteriologia. Assim pensavam os puritanos. E ao falar sobre Israel, não me refiro ao Estado de Israel, mas ao povo de Israel, com quem Deus estabeleceu uma aliança perpétua, ainda que o Estado de Israel desempenhe um papel fundamental para a preservação do povo de Israel.

O testemunho bíblico claramente demonstra que Deus salvará muitos judeus por meio da fé no Messias, e esses serão trazidos à comunhão de muitos outros judeus e dos gentios, que ao longo dos séculos, creram e crerão nele. E estamos certos que quando a última pedra do edifício for colocada em seu lugar, então virá o fim (1 Pedro 2.5), e estaremos para sempre com o Senhor. Que assim seja. Maranatha!

Bibliografia

- BEITZEL, Barry J. *Novo atlas da Bíblia: geografia, arqueologia, história*. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- BOCK, Darrell L. & GLASER, Mitch. *Israel, a igreja e o Oriente Médio: uma resposta bíblica ao conflito da atualidade*. Eusébio: Peregrino, 2020.
- DOWLEY, Tim (editor). *Atlas Vida Nova da Bíblia e da história do cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- FERREIRA, Franklin. *Por amor de Sião: Israel, igreja e a fidelidade de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 2022.
- MARTIN, Robert P. *A guide to the puritans*. Carlisle: The Banner of Truth Trust, 1997.
- McDERMOTT, Gerald R. *A importância de Israel: por que o cristão deve pensar de maneira diferente em relação ao povo e à terra*. São Paulo: Vida Nova, 2018.
- RICHARDSON, Joel. *Quando um judeu governar o mundo: o que a Bíblia realmente diz sobre Israel no plano de Deus*. São Paulo: Impacto, 2019.
- RUSHANSKY, Efraim. *O palco da história: as raízes judaicas e o cristianismo*. Jerusalém: edição própria, 2013.
- SCHAEFFER, Edith. *O cristianismo é judaico*. Brasília: Monergismo, 2022.
- STERN, David. *Manifesto judeu messiânico*. Rio de Janeiro: Edições Louva-a-Deus, 1989.
- WRIGHT, Christopher J. H. *Povo, terra e Deus: a relevância da ética do Antigo Testamento para a sociedade hoje*. São Paulo: ABU Editora, 1991.



Paulo Valle

Sobre o autor

Paulo Valle é casado com Deisi, pai de Abner, Isabelle e Jonathas. É formado em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil e em Letras pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase, com estudos avançados em Teologia Exegética e Língua Portuguesa. Atualmente, cursa o programa do Th.M. no Seminário Martin Bucer, em parceria com o Puritan Reformed Theological Seminary, onde também atua como professor de Grego do Novo Testamento, Novo Testamento e Práticas Discursivas. É membro-associado da Coalizão Pelo Evangelho (TGC Brasil).